

Base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas: Principais Resultados

O Instituto Nacional de Estatística publicou, no passado mês de Junho, a nova série das Contas Nacionais Portuguesas, substituindo a anterior Base 2000 pela Base 2006, tomando este último como ano de referência.

Na origem da implementação da nova base das Contas Nacionais estiveram duas motivações: a principal foi a incorporação de novas fontes estatísticas e de resultados mais actualizados para fontes já existentes; mas existiram também alterações e melhoramentos metodológicos recorrentes nos habituais processos de mudança de base.

Relativamente às fontes estatísticas, as principais alterações foram:

- Adopção da Informação Empresarial Simplificada (IES) como principal fonte estatística, em substituição do Inquérito à Empresa Harmonizado (IEH).
- Consideração da informação proveniente das declarações do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativa ao Comércio Internacional de Bens e respectivo confronto com os dados do Intrastat.
- Incorporação dos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias, que é realizado quinquenalmente e permite actualizar estruturas de consumo final das famílias e garantir a consistência entre as Contas Nacionais e o Índice de Preços no Consumidor (IPC).
- Consideração dos resultados do Inquérito aos Gastos Turísticos Internacionais, particularmente relevante na divisão entre viagens por motivos de negócios e de lazer.
- Reclassificações sectoriais de entidades em função da natureza mercantil/não mercantil da sua actividade, por existir mais informação de base.
- Alargamento a um maior conjunto de entidades da Administração Central, Local e Regional da apropriação de informação de base numa óptica de especialização do exercício.

No que se refere a aspectos metodológicos, as alterações a salientar foram:

- Adopção da nomenclatura de Actividades Económicas CAE Rev.3, que substitui a anterior CAE Rev.2.1.
- Reflexo nas Contas Nacionais do encerramento da Caixa Geral de Aposentações (CGA) a novos subscritores em 2006. A partir desse ano, com as diminuições do número de subscritores no activo e aumento do número de pensionistas, a contribuição do Estado para o financiamento da CGA deixa de ser registado em despesas com o pessoal. Definiu-se a taxa de contribuição das Administrações Públicas para a CGA de 28,4% (dada pela relação entre remunerações e benefícios em 2005 – último ano em que a CGA esteve aberta a novos subscritores), passando o restante financiamento a ser registado como transferência do Estado para a CGA.
- Repartição dos SIFIM (Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos) por ramo de actividade em função da estrutura de depósitos e empréstimos fornecida pela IES, em substituição do anterior método baseado na estrutura do VAB (Valor Acrescentado Bruto).
- Aumento do saldo de rendimentos e diminuição do saldo de transferências na Conta do Resto do Mundo, por via da eliminação da intermediação das Administrações Públicas nos subsídios recebidos da União Europeia. Esta alteração está em linha com as orientações do Eurostat.

Estas alterações conduziram a uma revisão em alta do PIB para o ano de 2006 em 3,1%, o que se traduziu em mais 4 827 milhões de euros, situando-se agora nos 160 273 milhões de euros.

Quadro .1. PIB e necessidade de financiamento para o ano de 2006

Agregados macroeconómicos	Valores 2006		Unid: milhões euros	Unid: p.p.
	B00	B06	Revisão	Contributos p/ o PIB
PIB	155 446	160 273	4 827	
Óptica da Produção				
VAB	133 055	137 828	4 773	3,1
Agr. Silv. e Pesca	3 756	3 761	5	0,0
Indústria e Energia	23 503	25 034	1 531	1,0
Construção	8 789	10 034	1 245	0,8
Serviços	97 007	99 000	1 992	1,3
Impostos Líq. de Subsídios sobre os produtos	22 391	22 446	55	0,0
Óptica da Despesa				
Despesa de Consumo Final	133 732	137 168	3 436	2,2
das Famílias e ISFLSF	101 599	104 747	3 147	2,0
das Administrações Públicas	32 133	32 421	289	0,2
Formação Bruta de Capital	34 481	37 078	2 597	1,7
Exportações	48 204	49 713	1 508	1,0
Importações	60 971	63 685	2 714	-1,7
Óptica do Rendimento				
Remunerações	77 773	79 640	1 867	1,2
Excedente/Rendimento Misto	56 255	59 129	2 875	1,8
Impostos Líq. de Subsídios	21 419	21 505	86	0,1
Necessidade de Financiamento da Economia	-14 388	-15 213	-825	

Fonte: INE. O total pode não corresponder à soma das partes por causa de arredondamentos.

Valor Acrescentado Bruto

Do lado da oferta, houve uma reavaliação generalizada do VAB dos vários ramos de actividade em resultado da maior cobertura da IES face ao IEH. Ainda que tenham sido os serviços quem mais contribuiu para a reavaliação do PIB, (tendo-se verificado e um aumento do peso dos serviços e, em simultâneo, uma redução do peso da agricultura e indústria), a comparação entre bases, ao nível dos ramos de actividade, não é directa, uma vez que a Base 2006 tem subjacente CAE Rev.2.1 enquanto que a Base 2006 segue a CAE Rev.3.

Essa diferença de nomenclatura justifica, em grande medida, a reavaliação do VAB da construção em 1 245 milhões de euros, uma vez que na Base 2006 a construção inclui a promoção imobiliária que na Base 2000 estava classificada na actividade de serviços.

Despesa e Contas Externas

Do lado da despesa, o Consumo Final foi reavaliado em mais 3 436 milhões de euros face à Base anterior, tendo contribuído 2.2 p.p para a revisão do PIB. A parcela que mais contribuiu para este aumento foi o Consumo Final das Famílias, influenciado pela inclusão dos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias realizado em 2006.

Avaliando o Consumo Final das Famílias no Território por Função Consumo, verifica-se que os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, que eram já os produtos com maior peso no Consumo das Famílias ganham, com este inquérito, ainda maior relevância. Uma outra alteração de estrutura é a diminuição do peso do vestuário e calçado, que na anterior base era mais relevante do que o lazer, recreação e cultura e que agora desce na estrutura de consumo das famílias.

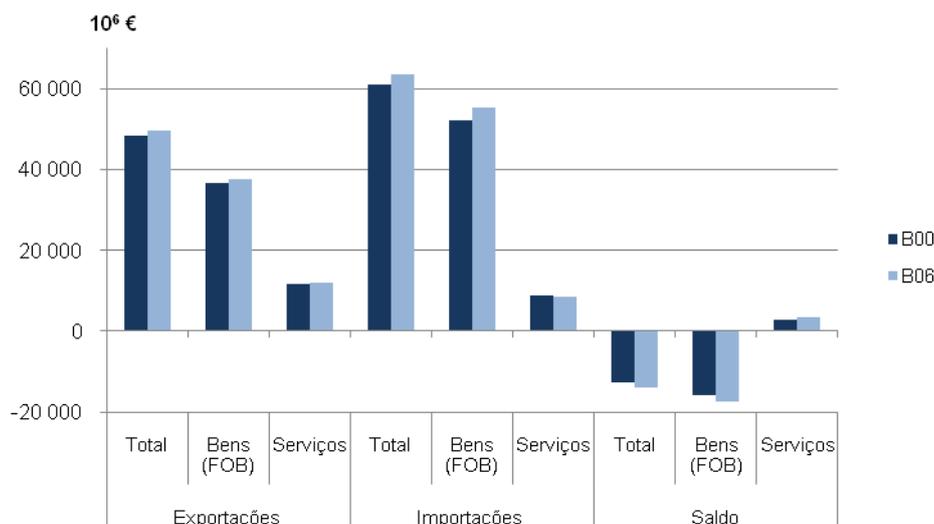
Quadro 2. Consumo final das famílias no território, por função consumo

	Unid.: milhões de euros			Unid.: %	
	Valores 2006			Estrutura	
	B00	B06	Revisão (%)	B00	B06
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	16 428	17 339	5,5	16,0	16,4
Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	3 730	3 741	0,3	3,6	3,5
Vestuário e calçado	7 073	6 330	-10,5	6,9	6,0
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	14 477	15 084	4,2	14,1	14,3
Acess. p/ o lar, equip. doméstico e manut. corrente da habitação	6 743	6 779	0,5	6,6	6,4
Saúde	5 745	5 329	-7,2	5,6	5,0
Transportes	14 371	15 234	6,0	14,0	14,4
Comunicações	2 783	3 374	21,2	2,7	3,2
Lazer, recreação e cultura	6 930	7 981	15,2	6,8	7,5
Educação	1 225	1 216	-0,7	1,2	1,1
Restaurantes e hotéis	10 635	11 602	9,1	10,4	11,0
Bens e serviços diversos	12 332	11 788	-4,4	12,0	11,1
Total no território	102 470	105 797	3,2	100,0	100,0

Fonte: INE.

Nas relações com o exterior, existiu uma revisão em baixa da procura externa líquida, de 1 206 milhões de euros, uma vez que a revisão das importações foi maior do que das exportações. Esta revisão das importações, em conjunto com a da produção, conduziu a uma revisão em alta da procura interna que contribuiu 3.9 p.p. para a revisão do PIB.

O gráfico seguinte mostra que esta revisão em baixa da procura externa líquida se deu nos bens, uma vez que, do lado dos serviços, assistiu-se mesmo a uma revisão em baixa das importações.

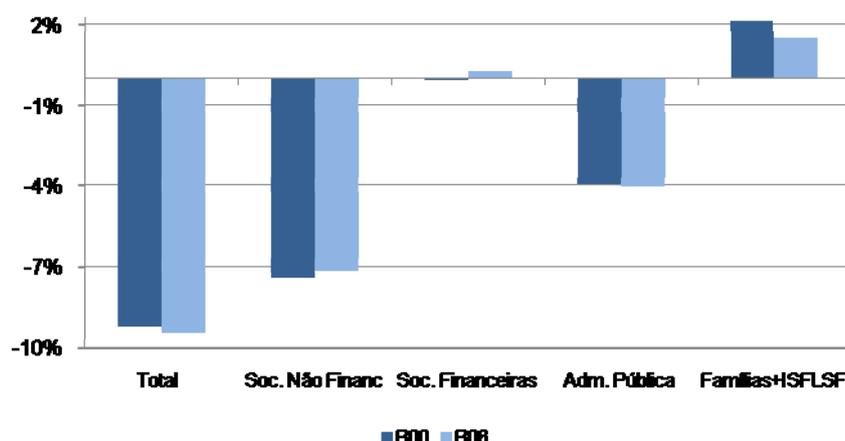
Gráfico 1. Exportações e importações de bens e serviços para o ano de 2006

Fonte: INE

O agravamento das contas externas conduz, na Base 2006, a uma maior necessidade de financiamento da economia que ascende a 9,5% do PIB (em vez de 9,3% na Base anterior), o que corresponde a um agravamento de 5,7% (num total de 825 milhões de euros).

Por sector institucional, este agravamento fica a dever-se ao sector das Famílias que vêm a sua capacidade de financiamento revista em baixa. Nas Sociedades Não Financeiras verifica-se uma diminuição da necessidade de financiamento e um agravamento quase simétrico por parte das Administrações Públicas.

Gráfico 2. Necessidade de financiamento por sector institucional em % do PIB para o ano de 2006



Emprego, Remunerações e Produtividade

Também as Remunerações foram revistas positivamente, em 2,4%, face à Base anterior, à semelhança do emprego remunerado medido em ETC (Equivalente a Tempo Completo) que tem agora mais peso, já que o emprego remunerado foi reavaliado em 5,3% enquanto que o total apenas em 1,7%.

Tendo em conta a reavaliação do VAB e do emprego medido em ETC, a produtividade em valor foi revista em alta em 1,9%. Mais uma vez, a comparação por ramo de actividade não é directa devido a alterações de nomenclaturas entre bases, o que explica nomeadamente a forte reavaliação na construção.

Quadro 3. Emprego e produtividade: comparação entre bases

	Unid: milhares		Unid: %
	Valores 2006		Revisão
	B00	B06	
Emprego (ETC)	4 909	4 990	1,7
Agr. Silv. e Pesca	458	452	-1,3
Indústria e Energia	934	917	-1,8
Construção	519	537	3,5
Serviços	2 999	3 084	2,8
Emprego Remunerado (ETC)	4 052	4 265	5,3
Agr. Silv. e Pesca	82	98	19,5
Indústria e Energia	873	884	1,3
Construção	424	494	16,5
Serviços	2 673	2 788	4,3
Produtividade do Trabalho (10³ €)	27,1	27,6	1,9
Agr. Silv. e Pesca	8,2	8,3	1,5
Indústria e Energia	25,2	27,3	8,5
Construção	16,9	18,7	10,3
Serviços	32,3	32,1	-0,8

Fonte: INE. O total pode não corresponder à soma das partes por causa de arredondamentos.

Em termos globais, a Base 2006 não constitui uma ruptura ao nível dos procedimentos seguidos na compilação das Contas Nacionais Portuguesas. Em suma, a incorporação de nova informação de base é a principal responsável quer pela revisão em alta do PIB, por via da incorporação dos dados da IES, quer do agravamento das Necessidades de Financiamento da Economia, por via do agravamento das contas externas dado pela nova série do Comércio Internacional de bens.